



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIROS DEMERSAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL (CPG DEMERSAIS SE/S)

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO PRESENCIAL E VIRTUAL

RIO DE JANEIRO /RJ, 15, 16 e 17 DE AGOSTO DE 2023

1. ABERTURA

A 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais das Regiões Sudeste e Sul (CPG Demersais SE/S) ocorreu nos dias 15,16 e 17 de agosto de 2023, na cidade de Niterói - Rio de Janeiro em formato híbrido (Presencial/videoconferência).

O Coordenador do CPG Demersais SE/S, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz cumprimentou a todos e passou a palavra ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Sr. José Carlos Gervazoni, para dar as boas vindas aos presentes na reunião.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz solicitou respeito ao tempo de fala e às boas práticas para o andamento da reunião, além da assinatura da lista de presença. Também apresentou a Secretaria Executiva, os órgãos e entidades da administração pública, as instituições da sociedade civil envolvidas com a atividade pesqueira, os convidados e passou para a leitura da agenda definitiva.

PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Reunião Ordinária do CPG Demersais SE/S:

- Coordenação CPG Demersais SE/S

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Demersais SE/S

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

Senhora Dayane Lopes Sarrazin (Assistente Administrativa)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Ormezita Barbosa de Paulo (Suplente)

Senhor Matthews Mello (Convidado)

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

Senhor José Angel Alvarez Perez (Convidado)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhor Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor Harry Boos Junior (Titular)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAR-SC)

Senhor Fabiano Muller Silva (Suplente)

- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Senhor Antônio Olinto Ávila da Silva (Titular)

- Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPI)

Senhor Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB - PR)

Senhor Adriano Machado da Silva (Titular)

- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA-RJ)

Senhora Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho (Titular)

Senhora Francyne Carolina dos Santos Vieira (Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor José Ignacio do Couto (Suplente)

- Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)

Senhor José Carlos Gervazoni (Convidado)

Senhora Luana Prestrelo Palmeira (Convidada)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Manoel Domingos Correa (Titular)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Suplente)

- Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAESC)

Senhor Marcos Manoel Domingos (Titular)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Frank Max Marques (Titular)

- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-5 (Porto Alegre - RS)

Senhor Gilmar da Silva Coelho (Titular)

- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul (FEPARS)

Senhor Irandi da Silveira Rodrigues

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA BRASIL)

Senhora Rochelle Cruz de Araujo Bezessa Vidigal (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Caetano Machado de Almeida Junior (Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Eduardo Guilherme Gentil de Farias (Titular)

- Oceana Brasil

Senhor Martin Coachman Dias (Titular)

Senhora Letícia Bruning Canton (suplente)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES - RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda Junior (Titular)

Senhor Fernando das Neves (Suplente)

- Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP)

Senhor Manoel Bueno dos Santos (Titular)

- Grupo Técnico Científico do Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Demersais SE/S (CPG Demersais SE/S)

- Senhor Roberto Wahrlich (Coordenador)

- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z5

Senhor Gilmar da Silva Coelho

- Convidados

Senhor Maxwel Monteiro (Convidado)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BTC	Banco Técnico-Científico
-----	--------------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

CPG	Comitê Permanente de Gestão
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
INI	Instrução Normativa Interministerial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROME	Projeto de Melhoria da Pesca
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REBYC II- LAC /FAO/GEF	Projeto de Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SE/S	Sudeste e Sul

2. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

2.1. APROVAÇÃO DA AGENDA (apresentação) - Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S)

Dando seguimento à reunião, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) realizou a leitura da Portaria nº 121, de 27 de Julho de 2023, que em seu artigo 1º designa os membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Regiões Sudeste e Sul (CPG Demersais SE/S),



da Rede Nacional Colaborativa para Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil). Posteriormente, realizou a leitura da Agenda definitiva e solicitou a aprovação dos membros. O Sr. Martin Dias (Oceana), propôs a alteração de que a apresentação a ser realizada pela OCEANA fosse no final da manhã para ter mais tempo no período da tarde. O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), informou que não haveria problema para realizar a alteração e declarou aprovada a agenda.

2.2. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (apresentação) - Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), apresentou a nova organização do Ministério da Pesca e Aquicultura de acordo com o Decreto nº 11.352 de 1º de Janeiro de 2023. Explicou sobre a Rede Pesca Brasil que tem como objetivo subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros sob a coordenação do MPA. Informou sobre o funcionamento dos CPGs e das Reuniões para os membros e, por fim, sobre as recomendações e deliberações.

2.3. APRESENTAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO - GTC (apresentação) - Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), apresentou a Portaria MPA nº 123, de 27 de julho de 2023, que designou o Grupo Técnico-Científico de assessoramento do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul. Relatou que são instâncias de assessoramento a cada CPG, compostos por integrantes do BTC, tendo no máximo 25 (vinte e cinco) integrantes e em caráter temporário de 12 meses. Mencionou os 14 (quatorze) integrantes do GTC do CPG Demersais SE/S, informando que o Grupo Técnico Científico tem como Coordenador o Prof. Roberto Wahrlich.

Em seguida, passou a palavra ao Prof. Roberto Wahrlich (Coordenador GTC Demersais SE/S) que falou sobre as diversidades de demandas a serem recebidas pelo CPG Demersais SE/S e da complexidade das questões a serem tratadas, além da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

necessidade do fortalecimento do GTC Demersais SE/S que pode atingir até 25 (vinte e cinco) membros. Por fim, agradeceu ao Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) e a Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) pela confiança, colocando-se à disposição.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu e informou que compete ao Grupo Técnico-Científico do CPG Demersais S/SE:

I - avaliar e fazer recomendações sobre as temáticas encaminhadas pelo CPG

II - propor e apoiar tecnicamente a realização de estudos e pesquisas na gestão de recursos pesqueiros;

III- propor estratégias de monitoramento, controle e avaliação da gestão da atividade pesqueira;

IV- fornecer e analisar informações da atividade pesqueira, incluindo dados biológicos, ecológicos, ambientais, econômicos e sociais;

V- subsidiar tecnicamente a participação do Brasil nos fóruns nacionais e internacionais sobre a atividade pesqueira;

VI- elaborar relatório final sobre cada demanda apreciada e apresentar em reunião do pelo CPG Demersais S/SE

Ao final, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), ressaltou ao Prof. Roberto Wahrlich (Coordenador e Pesquisador) que a Secretaria Executiva do CPG está à disposição para ajudar o GTC e agradece por ter aceitado a missão.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), comentou sobre a presença do Sr. Matheus de Lima Monteiro, Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro e passou-lhe a palavra para que se apresentasse.

O Sr. Matheus de Lima Monteiro cumprimentou a todos e desejou uma ótima reunião.



2.4. CENÁRIO NORMATIVO DAS PESCARIAS DEMERSAIS DA REGIÃO SUDESTE E SUL (apresentação) - Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S)

Dando prosseguimento o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra à Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S), que cumprimentou a todos, e passou para apresentação dos Atos normativos das Pescarias Demersais das regiões Sudeste e Sul, com as temáticas da Corvina, Castanha, Pescadinha Real, Pescada, Emalhe, Garoupa, Caranguejo Real, Caranguejo-Vermelho, Peixe Sapo, Diversificada Costeira do Rio Grande do Sul, Mero, Bagre, Cherne-verdadeiro, Peixe Batata, Polvo e Camarões.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), antecipou o intervalo de 15 minutos para organização da próxima apresentação.

2.5. INFORMES SOBRE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA (Informação) Valdimere Ferreira (Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa)

Após o retorno, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra à Senhora Valdimere Ferreira, Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP) para realização de sua apresentação.

A Senhora Valdimere Ferreira, Coordenadora Geral de Monitoramento (SERMOP), cumprimentou a todos e explicou o quadro demonstrativo que compõem os informes sobre Registro, Monitoramento e Pesquisa, sendo eles o RGP, PREPS, PROBORDO, Mapa de Bordo, além de projetos de pesquisa relacionados ao monitoramento e a pesquisa.

Sobre o PROBORDO informou que o programa está inativo e hoje é feito com parcerias, todavia, está sendo discutida a retomada a partir de um projeto de pesquisa. Relatou também sobre os Projetos de Pesquisa, PREPS e Mapa de Bordo. Ressalta sobre o prazo de entrega ao MPA do Mapa de Bordo que é obrigatório para determinadas frotas e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

a depender das características da embarcação e que, diante de qualquer deslocamento da embarcação, as embarcações que se enquadram nestes critérios devem entregar ao MPA o Mapa de Bordo.

A Senhora Valdimere Ferreira, Coordenadora Geral de Monitoramento (SERMOP), deu enfoque ao Mapa de Bordo e ao sistema que é denominado PesqBrasil - Mapa de Bordo. Destacou que a ideia do Ministério é criar uma plataforma para ter todos sistemas integrados. Informou que o PesqBrasil foi lançado em 20 de abril de 2023, e estão sendo oferecidas capacitações para diversos setores. Relatou que no período de teste, o PesqBrasil apresentou problemas de acesso, mas que tão logo seja solucionado terá acesso direto pelo Sou.Gov, e que após publicação de ato normativo será disponibilizado para uso.

Com relação ao PREPS, informou que foram retomados os trabalhos do GT PREPS e foram indicados os membros para recriar o grupo gestor, cujo objetivo é discutir o Sistema e a Normativa relacionadas ao PREPS. Deu enfoque ao planejamento a curto e médio prazo para projetos de pesquisa, sendo que os resultados provenientes destes projetos serão utilizados como subsídio para a tomada de decisão da gestão pesqueira.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) que questionou sobre a grande quantidade de embarcações que não possuem RAEP, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, ressaltando que isso implica em problemas de fiscalização, assim, sugeriu o aumento do esforço para regularizar estas embarcações.

A Senhora Valdimere Ferreira, Coordenadora Geral de Monitoramento (SERMOP), comentou que houve uma reunião onde estavam a Receita Federal, IBAMA, ICMBio e MMA sobre a regularização de toda a cadeia produtiva da pesca e que estão sendo trabalhadas formas de fortalecer a legalidade de todas as pescarias.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) comentou sobre o resgate da credibilidade dos Mapas de Bordo durante a reestruturação e pediu que haja conscientização com os pescadores sobre as finalidades do Mapa de Bordo e questionou se a minuta do GT-PREPS será disponibilizada para conhecimento ao setor e se haverá participação social neste GT.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP) informou que as discussões sobre o GT foram internalizadas com os membros que já faziam parte do GT, conforme ato normativo específico, incluídos apenas órgãos da administração pública federal, e tem como objetivo inicialmente estruturar, discutir e preparar o programa e, posteriormente, socializar com o setor.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu e passou a palavra ao Sr. Caetano Machado (CNPA) que destacou preocupação com o tamanho das embarcações de pesca artesanal para viabilizar a implementação de PREPS e a obrigatoriedade de entrega de Mapa de Bordo, ressaltando o custo envolvido, e pediu para esta temática ser bem discutida, incluindo o setor.

A Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP) relatou que a necessidade legal é a de segurança e qualidade das embarcações e que a Secretaria visa ter informações e não inviabilizar a atividade e que podem ser discutidas outras formas de monitoramento e como melhorar o serviço para a sociedade.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra ao Sr. Alexandre Novo (SIDARPES-RS) que considera de extrema importância a gestão compartilhada e que o MMA participe junto com o MPA, com a academia e pescadores para que estejam todos juntos nas tomadas de decisões. Questionou sobre a finalidade do Mapa de Bordo, se é para fiscalização ou fornecimento de dados. Relatou, também, que a frota Emalhe do Rio Grande do Sul está passando por extrema dificuldade e solicitou que nesses 03 (três) dias de reunião seja apresentada qual a finalidade do Mapa de Bordo para os órgãos de fiscalização que realizam exigências que não constam na normativa do Mapa de Bordo. Informou que o Rio Grande do Sul sofre com frota clandestina, que se encontra maior que a frota legal e que os órgãos fiscalizadores só atuam nas embarcações que têm rastreadores e são legalizadas. Relatou que a Instrução Normativa MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012, derrubou quase metade da frota do estado. Ainda, destacou que a fiscalização não recebe o setor pesqueiro para dialogar e que o setor quer se legalizar, tanto que tem parcerias com as Universidades, como a FURG.



O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu a contribuição e passou a palavra ao Sr. Irandi Rodrigues (Colônia Z2) que comentou que a Lagoa dos Patos tem pescaria de crustáceo e tainha em período de água salgada e que tem também 3 a 4 anos de pescaria em período de água doce e que o pescador artesanal nada ganha. Ressaltou que só da pesca da Lagoa os pescadores não terão como sobreviver e caso avancem além da Lagoa serão multados com valores altos. Portanto, solicitou a retificação da Instrução Normativa Conjunta SEAP/MMA nº 3, de 2004 e da Instrução Normativa MPA/MMA nº 12, de 2012, para que os pescadores da Lagoa dos Patos possam pescar na área costeira.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que a ação do IBAMA detém-se na aplicação estrita da legislação vigente e que não há negociação para a não aplicação das normativas, ou sua flexibilização. Sobre a utilização dos sonares de varredura lateral por frotas que não guardam relação com este equipamento, comentou que o IBAMA irá realizar uma proposição sobre o assunto para disciplinar a utilização desta ferramenta, que não se encontra descrita nas normativas de pesca, recomendando tratar o tema de forma emergencialClique aqui para inserir texto., em face aos grandes danos que estão sendo causados aos recursos pesqueirosClique aqui para inserir texto.

Dando prosseguimento a agenda o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Roberto Gallucci (MMA) para realização da apresentação relativa ao item 8 (oito) da agenda.

2.6. INFORMES SOBRE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E PLANOS DE RECUPERAÇÃO (informação) - Roberto Gallucci (MMA/ICMBio)

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) deu início a apresentação com as espécies da Fauna Brasileira ameaçada de extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos, relatou que essa ferramenta tem similaridade com o Plano de Gestão para recursos pesqueiros, porém se aplica especificamente às espécies ameaçadas e tem requisitos adicionais. Quando se tem uma espécie ameaçada de extinção, aplica-se metodologia e procedimento institucional do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ICMBio para avaliar, propor e regulamentar a lista de espécies ameaçadas de extinção, para recuperar e proteger as espécies.

Na Portaria MMA nº 445, de 2014, no art. 2º, as espécies constantes na lista ficam protegidas de um modo integral, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização. O que remete à uma recuperação mais efetiva.

Informou que na Portaria MMA nº 445, de 2014, e a Portaria MMA nº148, de 2022, tem a lista Nacional Oficial de Espécie Ameaçadas de Extinção e dentro dessa lista tem uma sub lista de peixes e invertebrados aquáticos que devem ser recuperados com a redução de impacto. Porém, para a realização da pesca tem que estar em vigor práticas de monitoramento, limitação e seguir rigorosamente as orientações científicas contidas nos Planos de Recuperação. Além disso, ressaltou que há 10 Planos de Recuperação para 24 (vinte quatro) das espécies aquáticas listadas como ameaçadas. Os planos, por sua vez, apresentam medidas que são regulamentadas por norma de ordenamento específica para cada plano. Sendo o mais recente o Plano de Recuperação do Pintado, de água doce.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) comentou sobre as diretrizes para a produção e implementação dos Planos de Recuperação, sendo elas, a tomada de decisão com base em evidências e na melhor informação técnica disponível, a gestão participativa, que tem sido feita através de grupos de trabalho, dos conhecimentos tradicionais, da transparência e publicidade ao longo da produção e da implementação e acompanhamento dos Planos de Recuperação. Além da adoção do princípio de precaução, por serem espécies ameaçadas, e a articulação institucional.

Sobre o Fluxo do Monitoramento e Avaliação dos Planos de Recuperação, informou que no ano de 2021 foram criados grupos de monitoramento de Planos de Recuperação, iniciado com 03 (três) grupos relativos às espécies Pargo, Budião e Guaiamum. Destacou que os grupos realizam relatório anual para sumarizar o andamento da implantação dos Planos, além da realização de medidas corretivas necessárias, objetos de discussão com todos envolvidos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu pela apresentação e passou a palavra ao Sr. Gilmar Coelho (Colônia Z-5 de Porto Alegre), que comentou sobre as normativas com relação às espécies ameaçadas em que o pescador não costuma participar, mas é culpabilizado há muitos anos. Também criticou a utilização de dados que apresentam falha amostral, porque não cobrem a pesca artesanal, para subsidiar os estudos. Externou insatisfação com a proibição do Bagre no estado e questionou a possibilidade de um Plano de Recuperação, enfatizando a participação dos pescadores.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) reafirmou que os espaços de discussão com o setor pesqueiro serão retomados para cada Plano de Recuperação e que espera que o Plano de Recuperação do Bagre seja retomado em breve. Ressaltou ainda que, além da Lei Federal que classifica a espécie como ameaçada, existe a Lei estadual do estado do Rio Grande do Sul que proíbe a mesma espécie, que já está na lista Nacional.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (SEAPI/RS) que solicitou que seja priorizada a revisão do Plano de Recuperação do Bagre no estado do RS, e que a SEAPI/RS coloca-se à disposição.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Alexandre Novo (SIDARPES-RS) que reforçou as falas anteriores com relação ao Bagre. Além disso, opinou que deveria haver uma separação entre as espécies ameaçadas, objetos de pescarias, e outros animais silvestres, e que as espécies de peixes quando incluídas na categoria de ameaçadas deveriam ser acompanhadas de um Plano de Recuperação.

Devido a problemas técnicos durante a fala do Sr. Alexandre Novo (SIDARPES-RS), o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) que comentou sobre os prazos e transparência na elaboração da lista de espécies ameaçadas, solicitando a observação destes tópicos quando fosse retomado o GT. Além disso, destacou que a proibição não gera dados sobre a recuperação do estoque, o que entra em um ciclo vicioso.



A Sra. Ormezita Barbosa de Paulo (MPA) comentou sobre a retomada do grupo de trabalho para avaliação dos Planos de Recuperação e questionou qual a perspectiva para implementação dos grupos por Planos de Recuperação por parte do MMA.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) em resposta ressaltou que, na atual estrutura do MMA, as questões de publicação e atualização da lista nacional de espécies ameaçadas é conduzida pela CONABIO que integra a Secretaria Nacional de Biodiversidade de Florestas, já a pesca está na Secretaria Nacional de Bioeconomia e que, apesar de o Departamento de Gestão compartilhada da Pesca, não conduzir as publicações e atualizações, trabalham de forma integrada. Com relação às espécies que já são contempladas em Planos de Recuperação, a ideia é que sejam organizados grupos para cada Plano de Recuperação, pois, desta forma seria mais produtivo devido às particularidades de cada pescaria. Com relação aos prazos, informou que está sendo dada urgência para que a retomada ocorra o quanto antes.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu ao representante do MMA, em seguida passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) para realização da apresentação da Proposta de Plano de Recuperação para a raia-carimbada, item 9 da agenda definitiva.

2.7. PROPOSTA DE PLANO DE RECUPERAÇÃO PARA RAIÁ CARIMBADA (apresentação) - Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI)

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) deu início a apresentação informando que no ano de 2021 foi formado o grupo de trabalho para discussão do Plano de Recuperação da raia-carimbada, devido a atualização da lista de espécies ameaçadas que considerou a espécie como vulnerável. Além disso, ressaltou que a raia-carimbada é de fácil identificação pelo desenho de carimbos no dorso e que a distribuição da espécie ocorre desde a Argentina até o Rio de Janeiro, na profundidade de 10m a 300m.

Conforme apresentado pelo Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI), após a proibição da espécie houve uma diminuição das capturas enquanto fauna acompanhante das 361 embarcações de médio e grande porte que interagem com a espécie. Em termos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

econômicos, destacou que a raia-carimbada representa uma média de 10% das exportações do estado de Santa Catarina, e que geram valor aproximado de 3 milhões de dólares em exportações. Ressaltou que os países Argentina e Uruguai possuem resolução mista própria com cota aproximada de 9 mil toneladas para raias costeiras, sendo a Argentina a principal exportadora. Em Santa Catarina - SC, informou que são mais de 30 (trinta) municípios que interagem com a espécie. Assim, devido a reivindicações foi elaborado, pelo setor, uma proposta de Plano de Recuperação para a raia-carimbada.

Por fim, apresentou reivindicações do setor, como a elaboração do plano de recuperação da espécie, acesso aos dados utilizados na avaliação, a criação de medidas exequíveis de monitoramento, definição de uma cota para exportação, além da determinação de um limite de desembarque entre 10% e 15% para as embarcações de arrasto.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu pela apresentação realizada, e em seguida passou a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) que lembrou que os Planos de Recuperação para as espécies previstas pela Portaria MMA nº 445, de 2014, são para aquelas que encontram-se na categoria vulnerável e que tenham medidas de proteção e recuperação de estoque.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) sugere a criação de GT no âmbito do CPG Demersais SE/S para discutir e avançar nas propostas de Plano de Recuperação para a espécie.

O Sr Roberto Galucci (MMA) destacou a necessidade de demonstrar a efetividade dos Planos de Recuperação, principalmente com relação ao monitoramento e recuperação das espécies, e que com a retomada dos Grupos de Trabalho poderá ser retomada a discussão da raia-carimbada.

O Sr. Maxwel Monteiro (Convidado MPA) discorda da inclusão da espécie em comento na lista de espécies ameaçadas, pois em sua opinião há falta de dados que



comprovem a diminuição da população desta espécie e que devem ser realizadas pesquisas científicas em parceria com o setor pesqueiro.

Não havendo outras inscrições, foi realizado intervalo do almoço até às 13h:45.

Ao retornar do intervalo, retomando as atividades o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra ao Prof. Angel Perez (Convidado MPA), para apresentação do item 10 da Agenda definitiva.

2.8. Projeto - A Pesca Demersal nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil Síntese Espacial e modelo de Gestão com Enfoque Ecosistêmico (apresentação) - José Angel Alvarez Perez (UNIVALI)

O Prof. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA), agradece inicialmente o convite, e em seguida realizou um breve resumo do projeto intitulado “A Pesca Demersal nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil Síntese Espacial e modelo de Gestão com Enfoque Ecosistêmico” e informou que o relatório completo do projeto encontra-se disponível no site eletrônico do MPA.

Conforme apresentado, o referido projeto teve duração de 4 anos e buscou construir uma síntese espacial dos elementos que descrevem a pesca demersal na margem meridional brasileira, além de diagnosticar problemas e trazer soluções. Apresentou o escopo do Projeto informando a área de estudo, que inclui os ambientes exclusivamente marinhos, com locais de desembarques nos estados do RJ, SP, PR, SC e RS, nas modalidades da pesca artesanal e industrial, com métodos de pesca de rede de arrasto de fundo (duplo, simples e de parselhas), redes de emalhe de fundo, espinhel de fundo, potes para polvo, linhas de mão e outras técnicas da pesca artesanal.

O projeto abordou aspectos diversos como a dinâmica das frotas pesqueiras, produção e desempenho econômico da pesca, produtividade e o estado de exploração dos estoques pesqueiros demersais, biologia populacional, estado dos ecossistemas bentônicos, dentre outros.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Prof. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA), destacou que o projeto em questão foi dividido em 4 (quatro) sub-projetos paralelos ao projeto principal, os quais foram realizados em parceria com outros pesquisadores e Universidades.

O motivo de uma síntese espacial e de um enfoque ecossistêmico para as pescarias demersais foram decorrentes do aumento das espécies capturadas, da diversificação das frotas de pesca e áreas exploradas, da redução de estoques não manejados, além da competição entre frotas pelos mesmos recursos. Ressaltou que estes problemas estimularam a execução, no âmbito governamental, de medidas pontuais, além das matrizes de permissionamento, como tentativas de acomodar as novas espécies, que foram inclusivas e permissivas, ou seja, ampliaram ao invés de diminuir as espécies permitidas.

Assim, o modelo proposto é baseado em Unidades Espaciais de Gestão, e busca definir recortes espaciais com coerência ecológica e pesqueira para conjuntos de recursos e ecossistemas. Desta forma, busca-se uma gestão pesqueira baseada no ecossistema, considerando todos os recursos e todas as pescarias, e que incluam elementos do ecossistema e evitem sua degradação. Quanto aos padrões espaciais de distribuição das categorias de pescado, a área de estudo foi subdividida em quadrados de 20 milhas náuticas (MN), com ocorrência de 55 categorias de pescado, aplicada à análise de agrupamento que une sequencialmente os objetos de acordo com sua semelhança de descritores. Os resultados indicaram cinco grupos com padrões de captura semelhantes.

Logo, cinco Unidades Geográficas de Gestão - UGGs foram demarcadas a partir da análise dos desembarques, sendo Costa SE-S, Plataforma Sudeste, Plataforma Sul, Talude SE-S e Talude S. Com os dados do desempenho da Pesca Demersal ao longo de 2018 foi realizada a distribuição espacial das frotas dos diferentes estados. Desta maneira, a utilização do espaço marinho pelas principais frotas pesqueiras foi demonstrada em mapas, totalizando 26 aparelhos de pesca, sendo os principais arrastos simples, duplo e de parselhas, redes de emalhe de fundo, espinhel demersal e potes para polvos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Também foi realizada análise do desempenho econômico das pescarias demersais em quadros demonstrativos, com demandas e receitas. Com relação aos impactos da pesca, o Prof. Angel Alvarez Perez (Convidado MPA) informou que há pressões acumuladas na região costeira Sul de SP e RS, já o Talude recebe menor pressão da pesca demersal, esta diferença se dá devido a fatores bióticos e abióticos, conforme apresentado.

Por fim, o Prof. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA), apresentou diversos legados do projeto, entre eles a criação da base de dados, compilação histórica, avaliação do desempenho econômico, rede de avaliadores, estudo de mais de 40 (quarenta) estoques e mapas temáticos.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), agradeceu a todos pelo trabalho e parabenizou o Prof. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA) pela apresentação, em seguida passou a palavra para o Sr. Manoel Bueno dos Santos (MPP).

O Sr. Manoel Bueno dos Santos (MPP) ressaltou preocupação com outras atividades que ocorrem nas áreas de pesca, principalmente nas épocas de desova das espécies, como a liberação de licença para prospecção sísmica. Em resposta o Sr. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA), destacou o tempo de duração do projeto e que levariam muito tempo para realizar um estudo aprofundado de todas as atividades que ocorrem nestas áreas.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) relatou sobre a captura de espécies da fauna acompanhante em percentuais mais altos que as espécies alvo, ressaltando o entendimento do IBAMA de que esta prática não é permitida, tendo como base os fundamentos do Registro Geral da Pesca, situação esta que já vem sendo objeto de autuações pelo IBAMA [Clique aqui para inserir texto](#). [Clique aqui para inserir texto](#). O Sr. Wilson Santos (Convidado SAR-SC) parabenizou a apresentação e questionou com relação a espécie corvina, o motivo da inserção na categoria de vulnerabilidade. Além disso, questionou sobre a resiliência dos estoques comparado às previsões realizadas nos anos 90.

Em resposta o Sr. José Angel Alvarez Perez (Convidado MPA), informou que a corvina não foi apresentada como uma espécie vulnerável. Porém, ressaltou que existe um



diagnóstico de sobrepesca da corvina. Além disso, ressaltou que realmente a espécie demonstra certa resiliência à pressão de pesca recebida ao longo dos anos.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) questionou o que seria necessário para colocar as questões apresentadas em prática, com relação às áreas costeiras sugeriu a realização de ações mas regionalizadas, para ampliação da participação da população e dos órgãos locais.

A Sra. Ormezita Barbosa (MPA) parabenizou pela apresentação do projeto e ressaltou que ele dialoga com as expectativas do setor pesqueiro, além disso apontou que o projeto pode ser utilizado para pensar outros projetos mais integrados para a gestão pesqueira, como fóruns descentralizados.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) questionou se houve mudança nos dados de captura sobre as espécies papa-terra, pescadinha e corvina a partir do fim do ano de 2018 com a promulgação da Lei Estadual do Rio Grande do Sul que afastou a pesca de arrasto das 12 milhas do estado, uma vez que foi observado por pescadores uma maior abundância destas espécies.

Em resposta, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), ressaltou que o trabalho apresentado foi realizado com dados até o ano de 2018, e que houve uma lacuna de dados principalmente do estado do RS. Portanto, não seria possível responder ao questionamento.

2.9. DEMANDAS RECEBIDAS PELA PASTA (informação) - Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S)

A Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S) apresentou as demandas recebidas pelo MPA via SEI e solicitou aos presentes que encaminhem demandas ao Ministério, para que o órgão tenha conhecimento das demandas dos diferentes setores envolvidos com a atividade pesqueira. As demandas apresentadas com relação ao Arrasto de Camarões foram diversas, abrangendo concessão de novas autorizações, regulamentação de trynet, adição de espécies às autorizações, alteração de tamanho de rede, entre outros. Com relação ao Emalhe, foram apresentadas solicitações



de revisões das normativas que regem as pescarias de emalhe. Sobre espécies específicas, foram solicitadas revisões dos atos normativos relativos às espécies cherne-verdadeiro, peixe-batata, peixe-sapo, caranguejo de profundidade e polvo.

Foram encaminhados ao MPA também, solicitações de revisões de áreas de pesca, das regiões da Lagoa dos Patos, da Lagoa de Araruama, além de outras temáticas como parques eólicos, utilização do Gerival, revisão de autorizações de pesca e de espécies ameaçadas.

Em seguida foi realizado o intervalo de 15 minutos.

2.10. PROPOSTA DE GT – AÇÕES EMERGENCIAIS PARA A PESCA DE CAMARÕES DE PROFUNDIDADE – (apresentação) Martin Dias (Oceana)

Após o retorno, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), passou a palavra ao Sr. Martin Dias (OCEANA) para apresentação de proposta de criação de GT para a pesca de camarões de profundidade.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) deu início a apresentação com algumas informações relacionadas a pesca de camarões de profundidade, destacando que a frota foi intensamente monitorada. Além disso, ressaltou que o recurso também foi amplamente estudado no período analisado. Todavia, ressaltou que a pescaria não teve o ordenamento implementado, mesmo com o plano aprovado pelo CPG anterior. Desta forma, o Sr. Martin Dias (OCEANA), apresentou algumas opções de propostas para os membros do CPG Demersais SE/S, pois considera como emergencial o ordenamento da pesca do camarão de profundidade.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), abriu a plenária para manifestações dos membros com relação às propostas apresentadas.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) informou que acrescentaria na proposta a possibilidade de revisão da necessidade de utilização do TED, uma vez que não há captura de tartarugas marinhas nas profundidades de atuação desta frota. Assim, sugere uma manifestação do GTC do Demersais SE/S sobre o tema.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) manifestou concordância com a priorização da publicação da medida de ordenamento da pesca dos camarões de profundidade Clique aqui para inserir texto. e solicitou celeridade no seu encaminhamento.

O Sr. Manoel Correa (CONEPE) manifestou concordância com as propostas e com a necessidade de revisão sobre a obrigatoriedade da utilização do TED.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) também manifestou concordância com as propostas.

O Sr. Gilmar da Silva (Colônia Z5) manifestou concordância com as propostas, desde que não haja intervenção com as pescarias artesanais.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), informou que a melhor saída seria a formalização do GT e inclusão das instituições públicas enquanto convidadas, além da coordenação pela OCEANA que encaminhou as propostas.

O Sr. Gilmar da Silva (Colônia Z5) questionou a criação de um GT para a questão, devido a outras demandas que ainda não tiveram atendimento.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) concordou com a fala do Sr. Gilmar, e destacou que a matéria já foi analisada, porém não foi publicada.

Por fim, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), acatou a proposta de encaminhamento diretamente ao GTC para realização de análise da proposta.

2.11. PROPOSTAS DE PLANOS DE GESTÃO DA PESCA DE CAMARÕES DA COSTA SUDESTE E SUL DO BRASIL (apresentação) Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S)

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) deu início a apresentação com os objetivos do Projeto REBYC II - LAC, que trata do Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe. A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) informou que foi



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

realizada a proposta para que o projeto ocorra de forma regionalizada para as regiões Norte, Nordeste, Central e Sudeste/Sul.

O projeto teve como objetivos desenvolver técnicas para a diminuição do desperdício, melhorar o aproveitamento de capturas incidentais associadas às pescarias de arrasto de camarão no país e elaborar proposta de Plano de Gestão das pescarias de camarão baseados na abordagem ecossistêmica. O projeto ocorreu simultaneamente em 6 (seis) países e teve duração de 5 anos. Foram realizadas oficinas de capacitação com a finalidade de envolver os principais atores e garantir a construção participativa das propostas do Plano de Gestão. Com base nas oficinas locais, foram apresentados os principais problemas elencados pelos pescadores com relação às pescarias de camarão para cada região observada.

Por fim, foi apresentado um exemplo da proposta de Plano de Gestão da Pesca de Camarões da Costa Sudeste/Sul do Brasil, que será encaminhada integralmente aos membros para conhecimento e colaboração, junto com o Plano de Gestão da Pesca de Camarões da Costa Central do Brasil.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), abriu a plenária para considerações dos membros sobre a apresentação do projeto.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) considerou como positivo o projeto, e informou que havia solicitado para a sua continuação, especialmente em relação aos dispositivos de redução de fauna acompanhante, bem como a inclusão dos experimentos em outras frotas, como camarão rosa e arrasto de peixe.

O Sr. Manoel Bueno dos Santos (MPP) informou que no estado do ES foi solicitado o repasse das licenças que não foram renovadas para as embarcações que já estão atuando, além do aumento do percentual permitido para a captura do camarão rosa como fauna acompanhante.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) destacou que não há como saber o real esforço nas pescarias de camarões, que deveria haver um esforço em verificar quantas



embarcações estavam autorizadas à época de fechamento das frotas e publicar este número de embarcações.

O Sr. Gilmar da Silva (Colônia Z5) comentou a importância de diagnóstico da dinâmica da frota em termos de modalidades e características.

O Sr. Caetano Machado (CNPA) lembrou que havia uma proposta de recadastramento das embarcações e opinou que seria necessário um recadastramento para a elaboração do Plano pois a frota encontra-se com embarcações muito antigas.

2.12. CENÁRIO NORMATIVO PARA AS PESCARIAS DE ARRASTO DE CAMARÃO (apresentação) - Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S)

A Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S) deu início a apresentação das normativas informando que os atos referem-se aos camarões rosa e sete-barbas, principalmente a Portaria SAP/MAPA nº 656, de 30 de março de 2022. Foram apresentados os aspectos relativos ao período de defeso, aos petrechos, e às limitações impostas pela referida portaria.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) ressaltou que a portaria apresentada reedita as normativas anteriores e que é necessário conhecer o tamanho da frota atual, em relação àquela da época em que a quantidade de embarcações foi limitada. Além disso, questionou a construção de novas embarcações e transformações/reformas com a emissão/retificação de TIE autorizadas pela Marinha do Brasil, sem a devida Permissão Prévia de Pesca.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva) informou que foi realizada reunião com a Marinha do Brasil para que o TIE fosse emitido apenas com a apresentação da Permissão Prévia de Pesca.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) questionou como foi estipulado o valor máximo do Poder de Pesca de Arrasto (PPA).



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S) informou que o valor foi regulamentado por uma normativa do IBAMA através de vasta investigação empírica e que o MPA poderia apresentar, posteriormente, maiores informações sobre o embasamento teórico do cálculo.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) reiterou a necessidade da regulamentação da rede de teste, trynet, a fim de trazer segurança jurídica para o setor, bem como a revisão do período de defeso do camarão.

A Sra. Mariana Botelho (FIPERJ) questionou se haveria um artigo prevendo a aplicação de legislação específica para as áreas estuarinas e lagunares. Foi informado que há menção sobre atos específicos que regulamentem o defeso nestas áreas e que a legislação sobre o defeso prevista na Portaria SAP/MAPA nº 656, de 2022, aplica-se apenas às áreas marinhas. Desta forma a Sra. Mariana Botelho (FIPERJ) destacou que no estado do Rio de Janeiro apenas a Lagoa de Araruama possui legislação específica e criticou, portanto, a atuação da fiscalização nestas áreas utilizando, de maneira errada, como base a Portaria SAP/MAPA nº 656, de 2022. Por fim, questionou se as questões seriam tratadas durante o CPG.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), reiterou que recentemente houve a alteração do período de defeso para a Lagoa de Araruama e que as questões das lagunas são mais regionalizadas, portanto, serão trabalhadas regionalmente.

O Sr. Manoel Correa (CONEPE) ressaltou que a Portaria SAP/MAPA nº 656, de 2022, não aborda a fauna acompanhante. E sugeriu, devido a atualidade da discussão, a análise desta questão, pois, não há amparo legal para os pescadores.

O Sr. Eduardo Gentil (FAEP) retomou a questão do PPA e questionou se foram considerados outros elementos para o cálculo, como as aberturas horizontais e verticais dos arrastos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) reiterou que está sendo colocada em plenária que o cálculo anterior seja revisado, para que o tema possa ser rediscutido.

. O Sr. Caetano Machado (CNPA) reiterou que há reclamações dos pescadores sobre o período do defeso e a relação com os tamanhos dos camarões, e solicitou que seja revisto e padronizado.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) ressaltou que o período de defeso é recente e que é necessário cuidado para realizar uma nova mudança, mas que a Secretaria Executiva do CPG Demersais SE/S irá pensar em como construir uma recomendação.

O Sr. Gilmar da Silva (Colônia Z5) questionou se não seria possível ter uma legislação mais dinâmica com monitoramento do tamanho dos camarões para a definição do período de defeso.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) ressaltou que o defeso foi instituído através de sugestões e consulta pública e, caso haja a necessidade de mudança, deveria ser realizada através de análise científica. Portanto, seria imprescindível a análise do GTC do Demersais SE/S.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) reiterou que a medida deve ser considerada pelo GTC e que todas as medidas instituídas seguem esta dinâmica mesmo havendo a consulta pública.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) declarou encerrada a reunião neste primeiro dia.

SEGUNDO DIA DA REUNIÃO (16/08/2023)



2.13. CENÁRIO NORMATIVO ATUAL PARA AS PESCARIAS DE EMALHE NAS REGIÕES SUDESTE E SUL (apresentação) - Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), dando início a reunião, relembrou as discussões ocorridas no dia anterior, a agenda para o dia, bem como as boas práticas para a ocorrência da reunião. Em seguida, passou a palavra à Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) para realização da apresentação da temática.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) apresentou os atos normativos vigentes relacionados à pesca de emalhe no Brasil. Os atos apresentados estabelecem os limites territoriais de operação, os tipos de petrechos e embarcações, os períodos de paralisação da pesca entre outras características.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) criticou a falta de regramento com relação à profundidade de operação das embarcações de emalhe de fundo e a atuação de embarcações de emalhe costeiro em grandes profundidades, onde não ocorrem as espécies alvo.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAE [Clique aqui para inserir texto.SC](#)) ressaltou que existem alguns conflitos no estado de SC, com relação a proibição da pesca motorizada na primeira milha náutica, conforme artigo 6º da Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 2007, e as normativas de navegação da Marinha do Brasil. Também, em relação à IN IBAMA nº 166, de 2007, pontuou que esta inviabiliza a pesca artesanal e que deveria ser permitida a rede de superfície assistida à deriva, à semelhança do que foi feito para o estado de São Paulo. Outra questão levantada foi sobre a possibilidade de ingresso de novas embarcações apenas com a utilização do motor com potência máxima de 18 HP, o que direciona a compra de motores a apenas uma fabricante e que seria importante dar alternativa para os pescadores comprarem de outras fabricantes. Por fim, ressaltou que deveria haver uma melhoria entre as normativas com relação à fixação das redes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S), informou que com relação a proibição de pesca de emalhe motorizada na 1 (uma) milha náutica a definição estabelecida para o estado de SP pode ser replicada para os estados da região SE/S, a depender dos subsídios apresentados.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) opinou que é urgente a criação de um GT e a discussão sobre a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 2012. Outras questões levantadas foram sobre o problema de rastreamento das embarcações e que as embarcações abaixo de 20 AB não fazem o período de defeso estabelecido pela Instrução Normativa nº 4, de 2013. Assim, foi sugerido um período de paralisação da pesca de emalhe. Também foi colocada a necessidade de discutir a pesca de parelhas nas praias do Rio Grande do Sul e a frota ilegal de emalhe anilhado operando na Lagoa dos Patos.

O Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (SEAPI/RS) comentou que existe uma demanda no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul com relação às embarcações pequenas, em que os pescadores têm utilizado botes de fibra, cerca de 8 metros de comprimento, mas há recomendação da Marinha do Brasil para utilização de motores mais potentes devido às características da costa.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que o IBAMA é contrário a excepcionalidade para todos os estados atuarem dentro da 1 milha e que deveria ser estudado caso a caso.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) destacou a necessidade da criação do GT para a revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 2012, além de demandas encaminhadas com relação ao tamanho de rede e alteração dos polígonos com áreas de restrição de pesca que necessitam de aprofundamento e de debate.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) concordou com o IBAMA de que a 1 (uma) milha deve ser preservada, ressaltou que a demanda do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul deve ser considerada, e reiterou a necessidade da elaboração de um novo período de defeso.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) pontuou que já existem pescarias dentro de 1 (uma) milha náutica e a pesca de emalhe é realizada em maioria por embarcações pequenas e que o ordenamento pesqueiro deve considerar as comunidades tradicionais. Ressaltou a necessidade de revisão das normativas e regulamentação das pescarias diante das peculiaridades dos estados.

O Sr. Gilmar Coelho (Colônia Z-5) comentou que os botes utilizados na região norte do estado do RS são embarcações pequenas e que o motor de 18 HP não permite que as embarcações ultrapassem a arrebentação. Desta forma, seria importante regulamentar esta pescaria. Concordou com a necessidade urgente de criação de GT para a revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 2012.

O Sr. Antonio Carlos Cavalcanti (SEAG- ES) questionou se as embarcações a remo continuarão a pescar até 1 (uma) milha e se houve alguma alteração com relação a isso.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) informou que não houveram alterações e que a única exceção é para o estado de SP. Além disso, informou que foi colocado em discussão a extensão à toda a região SE/S e que o IBAMA e o SINDARPES haviam manifestado-se contrários à pauta.

Outra questão levantada pelo Sr. Antônio Carlos Cavalcanti (SEAG- ES) foi em relação à identificação da tralha superior das redes, em que os pescadores são multados pelo IBAMA mesmo sem a identificação das redes e questionou se as redes de emalhe permanecerão sem identificação.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que a não identificação das redes equivale a pesca com petrecho proibido, além disso que a identificação é atribuição do armador de pesca. Além disso, destacou como importante prever na norma modelo e forma da identificação das redes.

O Sr. Antonio Carlos Cavalcanti (SEAG- ES) solicitou ainda a criação de um crédito rural para que os pescadores possam se adequar.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que será colocada como uma recomendação.

O Sr. Irandi Rodrigues (FEPARS) questionou sobre a possibilidade das embarcações artesanais de até 12 metros de comprimento que operam nas águas interiores da Lagoa dos Patos terem a autorização para utilização da rede de malha na área costeira, como era antes da INC MMA/SEAP nº 3, de 2004.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) informou que no estado havia problema para a identificação das redes e foi convencionado com os órgãos fiscalizadores que a identificação das redes seria realizada com garrafa pet fixada, contendo as informações da embarcação.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que a Lagoa dos Patos já é uma unidade de gestão de acesso exclusivo aos pescadores artesanais, e as modalidades de emalhe na região costeira estão fechadas para novos ingressos desde 2012 . E que para o ingresso de novas embarcações no emalhe, deveriam ser retiradas parte das embarcações já autorizadas. Adicionou ser importante revisar a norma de ordenamento da Lagoa dos Patos, INC MMA/SEAP nº 3, de 2004, em especial no sistemas de controle, e destacou que não pode ser permitida a pesca de porte industrial dentro deste ambiente, situação que vem ocorrendo, em especial com emprego de redes de cerco..

O Sr. Irandi Rodrigues (FEPARS) destacou que muitas embarcações preferem sair da Lagoa dos Patos para atuar na área costeira, visto a sazonalidade da produção dentro da Lagoa. Por isso, deveria ser dada a opção para o pescador.

A Sra. Mariana Botelho (FIPERJ) questionou se a INI MPA/MMA nº 12, de 2012 vale para a modalidade Diversificada Costeira e se as embarcações de diversificada com motores maiores, se enquadrariam na revisão da INI MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) informou que as embarcações que estiverem enquadradas na INI MPA/MMA nº 12, de 2012,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

se enquadrarão na revisão da INI MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, a depender do caso.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) relatou que a rede anilhada é utilizada no estado para todas as espécies, com exceção da tainha. Além disso, ressaltou que as autorizações são distintas a depender do estado e que a proposta realizada pelo SINDARPES, trata-se de uma solicitação para uma frota específica do estado.

O Sr. Manoel Bueno dos Santos (MPP) relatou preocupação, pois a maioria das discussões foram relacionadas à região sul. Desta forma solicitou que as decisões fossem tomadas considerando também a região sudeste.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) corroborou com o IBAMA, sobre a questão da Lagoa dos Patos, e informou que não compreendeu se o esforço de pesca na Lagoa é controlado, mas que considera uma medida importante e a pescaria seria artesanal. Além disso, relatou que a pesca de cerco/traineira não foi autorizada para a pesca de tainha no ano vigente.

O Sr. Caetano Machado (CNPA) solicitou a criação dos grupos de trabalho referentes a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, além da garantia de participação dos pescadores artesanais com representatividade espacial, pois as pescarias são diferentes a depender da região. Ainda, destacou que possibilitar a pesca motorizada na 1 mn é questão de segurança da navegação.

O Sr. Maxwell Monteiro (Convidado MPA) opinou que a potência dos motores das pescarias de emalhe servem para a segurança da navegação e que não influencia na pescaria da rede de emalhe.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) com relação a discussão sobre o emalhe e a diversificada costeira, ressaltou que as pescarias devem seguir as normas específicas dos petrechos empregados durante a atividade.



O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) reiterou a fala anterior e passou a palavra à Sra. Ormezita Barbosa (MPA).

A Sra. Ormezita Barbosa (MPA) informou que algumas discussões levantadas, estão sendo tratadas junto ao MMA, como a operação dentro da 1 milha náutica e que o assunto precisa ser aprofundado. Além disso, informou que os grupos de trabalho previstos pelo artigo 19 e 21 da INI MPA/MMA nº 12, de 2012, precisam ser constituídos de maneira a compreender as especificidades de cada região.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) ressaltou que as discussões relacionadas a INI MPA/MMA nº 12, de 2012 são amplas, portanto, recomendou que a instituição do GT ocorra fora do CPG. Em seguida foi realizado intervalo de 15 minutos.

Após o retorno, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra à Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S) para realização da apresentação.

2.14. CENÁRIO ATUAL DAS SOLICITAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA E PROPOSTA DE MINUTA DE PORTARIA (apresentação) - Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S)

A Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta CPG Demersais SE/S) apresentou alguns dos principais dispositivos da INI MPA/MMA nº 12, de 2012, relacionados às características das redes, das embarcações, dos períodos de operação, entre outros. Posteriormente, apresentou um panorama geral sobre os processos analisados pela extinta SAP/MAPA, além das características atuais da frota. Por fim apresentou uma proposta de minuta de Portaria direcionada à limitação de transformação para a modalidade de emalhe costeiro de fundo para discussão com os membros.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) opinou sobre quais conceitos definem as transformações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) sugeriu a criação de um dispositivo na RAEP das embarcações que contenha a panagem máxima de rede que a embarcação pode utilizar.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) questionou se a minuta proposta remete ao § 2º, art. 21 da INI MPA/MMA nº 12, de 2012.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que a minuta trata-se da excepcionalidade da transformação.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) opinou que poderia ser utilizada a expressão reforma. Pois, em determinados casos não haveria a alteração das características estruturais da embarcação.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) opinou que a fiscalização precisa saber como fiscalizar as modificações.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) ressaltou que a limitação de transformação de características tem caráter emergencial, devido a falta de regulamentação para esta modalidade.

O Sr. Gilmar Coelho (Colônia Z-5) opinou que os membros estão presentes para discussão e que não deveriam tratar tudo como emergencial.

Não havendo outras manifestações foi realizada a pausa para o almoço, com retorno previsto para às 14h.

Retomando a reunião, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) passou a palavra à Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) para apresentação do cenário normativo do Cherne verdadeiro e Peixe Batata nas regiões SE/S.

2.15. CENÁRIO NORMATIVO DAS PESCARIAS DE CHERNE VERDADEIRO E PEIXE BATATA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL (apresentação) - Sandra Silvestre (Secretária executiva CPG Demersais SE/S)



A Sra. Sandra Silvestre (Secretária executiva CPG Demersais SE/S) deu início à apresentação informando que só há 1 (um) ato normativo sobre os peixes Cherne verdadeiro e Peixe batata, que é a Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 40, de 27 de julho de 2018. Além disso, realizou a leitura dos principais artigos da referida Portaria e informou que esta foi publicada devido a inclusão das espécies mencionadas na Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Posteriormente, apresentou as modalidades que capturam as espécies cherne verdadeiro e peixe batata.

2.16. PLANO DE RECUPERAÇÃO DO CHERNE VERDADEIRO E PEIXE BATATA - (apresentação) - Roberto Galucci (MMA)

O Sr. Roberto Galucci (MMA) deu início a apresentação contextualizando a origem das medidas de ordenamento que são devidas ao ingresso das espécies na categoria vulnerável da Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Também ressaltou que o modelo de gestão dos Planos de Recuperação foi amplamente discutido entre os diversos grupos envolvidos com a atividade pesqueira. Em seguida, o Sr. Roberto Galucci (MMA) apresentou a Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 40, de 27 de julho de 2018, que aplica as normas previstas no Plano de Recuperação do Cherne-verdadeiro e Peixe-batata.

Conforme apresentado, o objetivo proposto pelo Plano é realizar ações de ordenamento pesqueiro visando limitar o acesso aos recursos da quebra da plataforma continental e talude superior, com foco na pesca de espinhel de fundo e arrasto. Para tanto, foram apresentadas algumas estratégias como a limitação do tamanho das frotas, a limitação do acesso das embarcações em profundidades maiores que 100 (cem) metros, instituição de programa de monitoramento, entre outras.

Por fim foram apresentadas algumas recomendações como a consolidação para o cumprimento do Plano e do monitoramento da pesca, a produção e veiculação de estratégias de comunicação e o estabelecimento de ações coordenadas junto ao MPA, IBAMA e ICMBio.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) abriu as inscrições para intervenções dos membros sobre a apresentação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) questionou se haveria algum sinal de avaliação da recuperação das espécies em destaque com novos dados.

O Sr. Roberto Galucci (MMA) informou que no momento não há avaliação sobre o estado do estoque das espécies.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) questionou se há previsão para criação do Grupo de Trabalho para acompanhar o Plano de Recuperação destas espécies. Ressaltou que é importante ter o número efetivo de embarcações credenciadas para esta pescaria.

O Sr. Roberto Galucci (MMA) informou que há a previsão para que o GT seja estabelecido, porém ainda não há um cronograma para os grupos específicos de cada espécie. Evidenciou que está em elaboração nova Minuta, que deve demorar de 1 a 2 meses e, a partir do Grupo de Trabalho Interministerial, seriam estabelecidos os Grupos por Plano de Recuperação, diante das possibilidades das equipes e do Governo. Destacou que as novas ferramentas de monitoramento vão contribuir com informações para a revisão dos Planos.

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) direcionou o questionamento ao IBAMA sobre a entrega de Mapas de Bordo e a Declaração de Estoque desde a implementação da normativa, e se estas entregas não geram subsídios para realização de avaliação das espécies.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) declarou que os Mapas de Bordo não são entregues no IBAMA há muito tempo. E que possuem acesso nos casos de fiscalização de desembarque de pescarias ou quando requerido. Sobre os dados de Declaração de Estoque, informou que também não recebem esta informação, apenas quando solicitam para o MPA.

A Sra. Sandra Silvestre (Secretária executiva CPG Demersais SE/S) complementou que os Mapas de Bordo, apesar de terem a entrega prevista para o IBAMA, foram redirecionados para entrega ao MPA após o fim da gestão compartilhada no ano de 2019.



E que a área responsável pelas informações está realizando análises para renovação das autorizações de pesca. Mas que poderia ser solicitada análise para avaliação de estoque.

O Sr. Antonio Carlos Cavalcanti (SEAG- ES) destacou preocupação com a não utilização dos Mapas de Bordo para avaliação do estoque. E questionou se realmente não haveria nenhuma informação nova sobre a situação do estoque.

O Sr. Roberto Galucci (MMA) concorda que os Mapas de Bordo estão sendo subutilizados e opinou que os dados poderiam ser enviados ao GTC para avaliação.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) opinou que poderia ser encaminhado um ofício circular aos usuários dos recursos pesqueiros, a fim de elucidar as questões relacionadas ao local correto de entrega das Declarações de Estoque, considerando o retorno da gestão conjunta entre MPA e MMA.

Não havendo outras inscrições, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que seria dado seguimento a reunião com a apresentação do SINDIPI.

2.17. REVISÃO DA PORTARIA SG-PR/MMA Nº 40, DE 27 DE JULHO DE 2018 (apresentação) - Luiz Matsuda (SINDIPI)

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) deu início a apresentação lembrando que os objetivos da Portaria já haviam sido apresentados anteriormente. Em seguida ressaltou que não realizaria apresentação acerca das modalidades de espinhel de fundo, que possuem as espécies como alvo, apenas sobre a limitação de operação da frota de arrasto em profundidades maiores que 100 (cem) metros.

Segundo apresentado, as limitações impostas pela referida Portaria impedem a operação de cerca de 30% da frota pesqueira industrial, correspondente a cinco modalidades de pesca distintas, sendo que somente a modalidade de espinhel tem o cherne-verdadeiro e o peixe-batata como espécies-alvo. Ressaltou que a pior situação seria para a modalidade 3.10 (arrasto oceânico, entre as isóbatas de 250 e 500m), que durante o período de defeso do cherne e batata fica sem alternativas de áreas de pesca para trabalhar e assim impedida de capturar suas espécies-alvo, e para a autorização complementar da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

modalidade de arrasto para camarão-rosa (acima de 100m). Além disso, o Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) declarou que há dúvidas no entendimento da norma com relação ao período de defeso, uma vez que a normativa estabelece o defeso das espécies e, ao mesmo tempo, a parada total das frotas entre 100 e 600 metros de profundidade no litoral SE/S. Ressaltou que considera a aplicação da norma nas modalidades de pesca de arrasto como uma ingerência, considerando que as espécies cherne-verdadeiro e peixe-batata são faunas acompanhantes nestas modalidades, com incidência menor que 1% em operações de arrasto em profundidades superiores a 100 metros. . Com relação aos habitats das espécies, destacou que as modalidades de arrasto costumam operar em fundos arenosos ou lamacentos, já o Plano de Recuperação das espécies prevê a preservação, principalmente, dos fundos de substrato rígido, menos propícios para as pescarias de arrasto. Por fim, solicita encaminhamento de formalização do GT para revisão da Portaria, além de manifestação do GTC do CPG Demersais SE/S.

O Sr. Maxwell Monteiro (Convidado MPA) ressaltou que no período de defeso as embarcações que possuem autorização de peixe atuam fora da linha dos 100 (cem) metros e que o arrasto não captura as espécies em questão.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) questionou sobre a modalidade de linha de fundo que não contém a limitação para o referido defeso entre as profundidades de 100 a 600m (setembro e outubro) e considera que deve ser avaliada para inclusão no Plano de Recuperação do cherne-verdadeiro e peixe-batata, além de outros planos.

O Sr. Manoel Bueno dos Santos (MPP) ressaltou que não vê necessidade da inclusão da linha fundo devido a seletividade da pescaria.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) questionou a ABIPESCA quais os pontos sugeridos de revisão da norma.

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) informou que a sugestão era a revisão do período de defeso e retirada das modalidades que não geram tanto impacto nas espécies e não operam nas áreas de ocorrência no período de defeso.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que o SINDIPI formalizou proposta de criação de GT e requisitou manifestação do MMA sobre a solicitação.

O Sr. Roberto Galucci (MMA) reiterou que o GT será criado até o mês de setembro e, a partir deste grupo, serão criados grupos de trabalho específicos. Destacou que dados discutidos no âmbito do CPG Demersais SE/S podem subsidiar a revisão do Plano.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) reforçou que a solicitação seria mais uma questão de retificação de alguns pontos da Portaria, não a criação de um GT específico para avaliar todo Plano de Recuperação.

O Sr. Maxwell Monteiro (Convidado MPA) ressaltou que muitas normas estão surgindo sem considerar os pescadores e os custos para manter as embarcações. E solicitou que a análise de um seguro defeso para a pesca industrial.

O Sr. José Ignacio do Couto (SAPERJ) solicitou a colaboração da FIPERJ para o envio de dados coletados dos barcos de arrasto, além de dados sobre o cherne e peixe-batata.

O Sr. Roberto Galucci (MMA) ressaltou que o art. 1º da Portaria SG-PR/MMA nº 40, de 2018, vincula as medidas da portaria com as medidas do Plano de Recuperação. Portanto é necessária a revisão do plano de recuperação. Assim, seria necessário um trabalho cooperativo e integrado entre os Comitês, sendo que o CPG Demersais SE/S pode iniciar a compilação de dados para subsidiar a revisão do Plano de Recuperação.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) solicitou a vinculação do término do GTI a um Relatório Final.

Em seguida foi realizado intervalo de 20 minutos.

Retomando a reunião, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que a sessão sobre a pesca do polvo foi dividida em 3 (três) tópicos: cenário normativo das regiões SE/S, apresentação da avaliação do estoque de polvo e discussão.



2.17. CENÁRIO NORMATIVO DAS PESCARIAS POLVO NAS REGIÕES SUDESTE E SUL (apresentação) - Sandra Silvestre (Secretária executiva CPG Demersais SE/S)

A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva CPG Demersais SE/S) apresentou os principais dispositivos do ato normativo vigente para as pescarias de polvo, a Portaria SAP/MAPA nº 452, de 18 de novembro de 2021. Dentre os dispositivos apresentados há a limitação do número de vasos ou potes, profundidade mínima permitida, limitação do número de embarcações, a obrigatoriedade de entrega dos Mapas de Bordo e adesão ao PREPS. Além das proibições de coleta de ovos de polvo, da utilização de produtos químicos, do desembarque de indivíduos abaixo do tamanho mínimo, dentre outras.

2.18. APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTOQUE DO POLVO (apresentação) - Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque)

O Prof. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque) deu início apresentando a equipe técnica que compôs a avaliação de estoque de polvo, que contou com profissionais de diferentes instituições. Conforme apresentado, a série histórica considerada na análise compreendeu o período de 1950 a 2020 para as diferentes regiões e modalidades de pesca. Em seguida, demonstrou a metodologia utilizada para a realização da avaliação de estoque que baseou-se no protocolo desenvolvido no âmbito do Projeto MEEE-PDSES - SP04, apresentado anteriormente pelo Prof. Angel Perez (Convidado MPA). Posteriormente, apresentou os modelos de avaliação utilizados, com diferentes cenários e análises da espécie. De forma geral, as análises da biomassa do estoque encontram-se abaixo da biomassa de rendimento máximo sustentável estimado para espécie, porém o esforço de pesca não demonstra sobrexplotação, o que segundo o Prof. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque) pode favorecer a recuperação da biomassa a patamares mais sustentáveis, caso o esforço de pesca mantenha-se estável.

Como conclusões foi apresentado que o estoque atual do polvo é de sobrepescado (biomassa relativamente menor que o necessário para manutenção do estoque), sem evidências de estar sofrendo sobrepesca (pesca excessiva). O Rendimento Máximo Sustentável foi estimado em 422 t (trimestral), com rendimento possível para o estado atual



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

da biomassa de 346 t (trimestral). Já o Limite Biologicamente Aceitável estimado foi de 280 t (trimestral) e o Limite de Captura Anual proposto foi de 210 t (trimestral), além da sugestão de periodicidade de reavaliação máxima de 3 (três) anos para o estoque.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) solicitou explicações sobre qual seria o impacto de não haver a totalidade das descargas consideradas na série histórica.

O Prof. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque) explicou, conforme gráfico apresentado, que mesmo assumindo uma captura acima da estimada o estoque ainda estaria dentro dos limites considerados sustentáveis e que esta incerteza foi considerada na análise.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) questionou se foi considerado no estudo as diferenças de profundidade em relação à produtividade, além da possibilidade da existência de mais de uma espécie de polvo para a mesma região e qual seria o impacto das avaliações.

O Prof. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque) informou que o modelo utilizado possui baixa compensação sobre o processo reprodutivo da espécie, embora demonstre os períodos de recrutamento e contribuição reprodutiva. Com relação a segregação espacial, informou que a multiplicidade da entrada de informações permite análise da distribuição da espécie. Quanto às espécies, relatou que a participação de outras espécies é pequena.

A Sra. Mariana Botelho (FIPERJ) complementou que no estado do Rio de Janeiro há dificuldade para aquisição de dados sobre as pescarias do polvo, devido a grande ilegalidade da frota de potes.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) relatou duas dúvidas, a primeira com relação ao estoque unitário do polvo e a outra se a análise contemplou as pescarias por regiões, tendo em vista que o número de vagas é dividido para as pescarias.



O Prof. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador da Avaliação de Estoque) informou que o grupo assumiu que, no momento da avaliação, não havia evidências que suportam a consideração de que o estoque não seja um estoque unitário. Quanto a análise espacial ressaltou que a decisão foi a utilização do estoque unitário, portanto para as regiões SE/S. Sobre as questões direcionadas a gestão, comentou que devem ser pautadas pelo GTC do CPG Demersais SE/S.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) destacou que os dados compilados não possuíam georreferenciamento. E que percebeu-se nos CPGs anteriores que a divisão da área devia-se à dinâmica da frota, não por características biológicas da espécie.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou que foram recebidas duas solicitações com relação à temática discutida. Uma delas seria de novas autorizações para a pesca de polvo e a outra de não consideração de divisão das autorizações dentro das regiões SE/S.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) reforçou o pedido ao GTC para manifestação sobre os itens.

Por fim, não havendo outras manifestações, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) declarou encerrada a sessão sobre o polvo. Além disso, solicitou que os membros estejam presentes no dia seguinte para elaboração das recomendações e que os participantes comparecessem ao palco e abrissem as câmeras para registro fotográfico.

TERCEIRO DIA DA REUNIÃO (17/08/2023)

2.19. APRESENTAÇÃO PROME – CASTANHA E CORVINA (apresentação) - Rochelle Cruz (CEDEPESCA)

A Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA) deu início a apresentação informando os objetivos do MSC, destacando que no Brasil nenhuma pescaria foi certificada. Posteriormente, apresentou em resumo o que é um PROME (Projeto de Melhoria da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Pescaria) que visa a certificação da produção de acordo com indicadores de sustentabilidade. Conforme apresentado, o PROME busca impulsionar as melhores práticas de gestão, melhorar a coleta de dados, reduzir a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. Os principais desafios apresentados foram saber o que está acontecendo com o recurso, bem como a construção da série histórica e a avaliação periódica do estoque, de forma a conseguir um sistema de gestão que possa manter o recurso sustentável e analisar se a pescaria afeta outras espécies.

Por fim, a Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA) apresentou a plataforma utilizada e como ocorre o acompanhamento dos progressos e da credibilidade dos PROME's das diferentes pescarias.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) questionou se o projeto certifica barcos ou empresas, e quais os meios para saber se as legislações ambientais estão sendo cumpridas.

A Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA) informou que o CEDEPESCA não certifica, mas confere o status certificável e que são certificados os barcos. Sobre a avaliação das legislações, informou que a conferência ocorre já na pré-avaliação das pescarias. Além disso, ressaltou que são realizadas auditorias detalhadas posteriormente para a certificação.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) questionou ao MPA se o processo é voluntário.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) reiterou que o processo é voluntário.

O Sr. Wilson Santos (Convidado SAR-SC) informou que a empresa do Sul que não conseguiu certificação deve-se ao fato da dificuldade de acesso às informações governamentais. E sugeriu que o trabalho seja realizado sobre pescarias de Skipjack (bonito-listrado) e de Sardinha.

A Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA), confirmou que a empresa não foi certificada pela parte de gestão. E declarou concordância sobre as pescarias e informou que as demandas não partem diretamente do CEDEPESCA, mas sim dos importadores dos



pescados. Assim, é necessário interesse para implementação dos PROMEs para as pescarias citadas.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) relatou dúvidas entre as certificações das pescarias, empresas e embarcações.

A Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA) reiterou que a avaliação é realizada inicialmente sobre a pescaria de forma geral e que não analisam as empresas. Após a pré avaliação, as pessoas interessadas submetem pedido para conseguir a certificação, então, a certificadora escolhida avalia as embarcações escolhidas pelo interessado e é realizada a avaliação da certificação de acordo com cada embarcação.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) questionou se durante a avaliação é realizada análise dos petrechos autorizados para captura pelas embarcações. E se haveria certificação para pescarias artesanais.

A Sra. Rochelle Cruz (CEDEPESCA), informou que os petrechos são analisados conforme autorizado. Com relação às pescarias artesanais, ressaltou que podem ser certificadas também, conforme a demanda das empresas.

2.20. DISCUSSÕES SOBRE ENCAMINHAMENTO PROPOSTOS

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que foi encaminhada pelo IBAMA uma Minuta para o MMA sobre considerações em relação ao disciplinamento da utilização de sonares de varredura lateral nas diversas frotas e recomendou a criação de uma sessão extraordinária do CPG para a apreciação da matéria, tendo em vista que envolve a recuperação do estoque da Castanha, a pesca ilegal de corvina e outras espécies demersais, O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI) sugeriu encaminhamento ao GTC sobre a proporção de fauna acompanhante nas pescarias de arrasto e nos atos normativos vigentes. Por fim, solicitou acesso e ampla divulgação aos documentos que disciplinam as ações de fiscalização realizadas pelo IBAMA em relação à fauna acompanhante nas diferentes pescarias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) propôs que as embarcações de emalhe do estado do Rio Grande do Sul possam pescar após 1 (uma) milha náutica, além do período de defeso a partir do mês de dezembro, mantendo o período entre 15 de maio a 15 de junho.

O Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (IBAMA) informou que foi garantido pelo TRF 4a Região ao IBAMA o direito/dever de verificar a veracidade das informações apresentadas nas notas fiscais, nas ações fiscalizatórias da cadeia de custódia do pescado.. Com relação a fauna acompanhante, ressaltou que as espécies não podem ser capturadas como alvo, e isso constitui o próprio fundamento das Autorizações de Pesca, conforme as definições constantes no Registro Geral da Pesca. Com relação aos sonares de varredura lateral, reiterou a solicitação de encaminhamento da Minuta.

O Sr. Wilson Santos (SAR-SC) comentou sobre as dificuldades de realização de gestão, pela falta de dados e estatísticas pesqueiras. Por fim, sugeriu o aprofundamento destas informações nas reuniões do CPG.

O Sr. Irandi Rodrigues (FEPARS) solicitou a revogação da INC MMA/SEAP nº 3, de 9 de fevereiro de 2004, e que seja permitida a atuação de embarcações artesanais na área costeira.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) ressaltou, com relação a fauna acompanhante, que a rede de emalhe de fundo chega a realizar a captura da anchova por metade da pescaria, devido ao comportamento da espécie. Portanto solicitou atenção para essa questão.

O Sr. Luiz Carlos Matsuda (SINDIPI), ainda com relação à fauna acompanhante, reiterou que não existe nenhuma restrição normativa geral em relação ao volume de fauna acompanhante desembarcada. Enfatizou a necessidade de estabelecer um entendimento claro sobre este assunto para maior segurança jurídica, que deveria considerar a sazonalidade dos recursos, e que esta discussão deve envolver o GTC.

O Sr. Antônio Olinto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) solicitou a todos o estímulo às respostas para o PMAP, para melhoria dos dados e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

informações estatísticas das pescarias, o que vai permitir maior apoio à formulação de políticas públicas eficientes.

O Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (SEAPI-RS) reforçou a manifestação do IBAMA com relação a utilização do sonar na Lagoa dos Patos e que irão formalizar a proposta quanto ao ordenamento de embarcações menores que 8 metros que não se enquadram na motorização máxima de 18 HP, no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. José Ignacio do Couto (SAPERJ) expressou concordância com relação à proposta para regulamentação da fauna acompanhante.

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Demersais SE/S) informou sobre a realização de pausa para construção do texto das recomendações. As quais foram discutidas com os presentes e foram elaboradas as seguintes Recomendações:

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2023: Instituir Grupo de Trabalho Interministerial - GTI Espécies Aquáticas Ameaçadas.	MMA e MPA	2º Semestre de 2023
REC 2/2023: Instituir, no âmbito do GTI, Grupos de Trabalho para revisão dos Planos de Recuperação em vigência e avaliar a proposta de elaboração do Plano de Recuperação para o conjunto de elasmobrânquios categorizados como vulneráveis.	GTI Espécies Aquáticas Ameaçadas	2º Semestre de 2023
REC 3/2023: Revisar o processo de ordenamento dos camarões de profundidade, incluindo a avaliação sobre a obrigatoriedade do uso do TED nessa pescaria.	GTC Demersais SE/S	90 dias
REC 4/2023: Encaminhar aos membros do CPG Demersais SE/S, para análise, as propostas de Planos de Gestão para Camarões das regiões Central e Sudeste e Sul.	MPA	Setembro/2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 5/2023: Avaliar o período de defeso vigente dos camarões das regiões SE/S.	GTC Demersais SE/S	2º Semestre de 2023
REC 6/2023: Apresentar a fundamentação do cálculo do Poder de Pesca de Arrasto (PPA) para a frota de arrasto de camarão-sete-barbas.	MPA	Próxima Reunião CPG
REC 7/2023: Elaborar Plano de Trabalho para estabelecer Grupos Regionais de Trabalho para revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 2012. Instituir Grupos Regionais de Trabalho para revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 2012.	MPA e MMA	2º Semestre de 2023 1º Semestre de 2024
REC 8/2023: Manifestação do IBAMA sobre a correta aplicação da legislação específica para a pesca dos camarões marinhos nos ambientes lagunares, em atenção ao disposto no art. 19 da Portaria SAP/MAPA nº 656, de 2022.	IBAMA	2º Semestre de 2023
REC 9/2023: Apresentar as ações e políticas em desenvolvimento pelo MPA, relacionadas com o Crédito para a pesca.	MPA	Próxima Reunião CPG
REC 10/2023: Encaminhar Ofício-Circular ao setor pesqueiro com orientações sobre o local de entrega das declarações de estoque.	MPA e MMA/IBAMA	Setembro/2023
REC 11/2023: Avaliar a possibilidade de inserção de campo na Autorização de Pesca contendo o tamanho máximo das panagens de rede para as embarcações de emalhe de fundo.	MPA	2º Semestre de 2023
REC 12/2023: Emitir Relatório acerca das composições de captura das modalidades de pesca objeto do Plano de Recuperação do cherne-verdadeiro e peixe batata, principalmente no que se refere às modalidades de arrasto que operam em profundidades superiores a 100 metros, considerando a incidência das espécies cherne-verdadeiro e peixe-	GTC Demersais SE/S	2º Semestre de 2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<p>batata em modalidades de arrasto e o efeito sobre os habitats para sobrevivência destas espécies, com vistas a subsidiar a revisão do Plano de Recuperação das espécies citadas (art. 3º e art. 6º da Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 40, de 2018).</p>		
<p>REC 13/2023: Analisar a possibilidade de autorização de novas embarcações e unificação das áreas de operação da pesca de polvo com potes.</p>	<p>GTC Demersais SE/S</p>	<p>2º Semestre de 2023</p>
<p>REC 14/2023: Enviar contribuições para revisão da Instrução Normativa MPA nº 20, de 2014 (Mapa de Bordo) em relação às sanções.</p>	<p>Membros da sociedade envolvida com a atividade pesqueira do CPG Demersais SE/S</p>	<p>28/08/2023</p>
<p>REC 15/2023: Emitir Relatório sobre a proporção de cada uma das espécies da fauna acompanhante em pescarias multiespecíficas, em comparação com a produção total e com as espécies alvo, conforme modalidades de permissionamento da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 2011, considerando a estratificação espacial e temporal.</p>	<p>GTC Demersais SE/S</p>	<p>2º Semestre de 2023</p>
<p>REC 16/2023: Emitir entendimento sobre os atos normativos que orientam os conceitos de espécie alvo e fauna acompanhante.</p>	<p>MPA e MMA</p>	<p>2º Semestre de 2023</p>
<p>REC 17/2023: Elaborar proposta para disciplinar o uso de equipamentos de hidroacústica de sonares de varredura lateral nas diferentes modalidades de permissionamento e encaminhar ao CPG Demersais SE/S.</p>	<p>MPA e MMA</p>	<p>2º Semestre de 2023</p>
<p>REC 18/2023: Verificar a utilização de estudo ou documento técnico não respaldado pelo órgão gestor da pesca (MPA/MMA), como subsídios para fiscalização.</p>	<p>MPA e MMA</p>	<p>2º Semestre de 2023</p>
<p>REC 19/2023: Remeter ao GT da INI MPA/MMA nº 12, de 2012 a ata da 1ª</p>	<p>MPA</p>	<p>Após a formalização do GT da INI MPA/MMA nº 12, de 2012</p>



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Reunião Ordinária do CPG Demersais SE/S, como subsídio às discussões.		
REC 20/2023: Apresentar sobre a demanda do emalhe do estado do Rio Grande do Sul	SINDARPES	Próxima reunião do CPG Demersais SE/S
REC 21/2023: Aperfeiçoar o PREPS e avisar os armadores sobre falha de sinal ou qualquer outro problema em tempo hábil para resolver o problema. Além do cumprimento da norma quanto à presença de assistência técnica no estado.	MPA/MMA/IBAMA/ICMbio/Marinha do Brasil	1º Semestre de 2024
REC 22/2023: Verificar a possibilidade de embarcações artesanais de pequeno porte da Lagoa dos Patos atuarem na região marinha.	MPA/MMA/IBAMA/Marinha do Brasil	1º Semestre de 2024
REC 23/2023: Avaliar a porcentagem de captura de anchova na pesca de emalhe de fundo.	GTC Demersais SE/S	2º Semestre de 2023
REC 24/2023: Formalizar à coordenação do CPG Demersais SE/S relatório sobre embarcações artesanais de emalhe do Norte do estado do Rio Grande do Sul para avaliação do GTC Demersais SE/S sobre seu ordenamento.	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul	Setembro/2023
REC 25/2023: Encaminhar ao GTC Demersais SE/S relatório de consultoria a ser contratada pelo MPA sobre a regulamentação do <i>Trynet</i> .	MPA	Após a aprovação dos produtos de consultoria
REC 26/2023: Cumprir o disposto no art. 15 da INI nº 12, de 2012.	MPA	Próxima reunião do CPG



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

** Prazo para dar início à recomendação*

3. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL 2023

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, propôs que a próxima reunião do CPG demersais SE/S ocorra nas datas de 12 e 13 de março de 2024, com local a definir. Foram apresentados pelos membros sugestões locacionais para que a próxima reunião ocorra nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

4. ENCERRAMENTO

Por fim, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Demersais SE/S) agradeceu a presença e participação de todos, e convidou o Presidente da FIPERJ e o Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do estado do Rio de Janeiro para realizarem o encerramento da reunião. Estes agradeceram a presença e se colocaram à disposição de todos.